

## 1. Partido e classe<sup>2</sup>

A política de esquerda, na sociedade capitalista<sup>3</sup>, aparece como um conjunto de práticas partidárias, sindicais, mobilizadoras etc., cujo um dos elementos é a prática do partido de representação de classe. A nossa reflexão se inicia, pois, pela análise dessa forma de partido.

O partido de representação de classe distingue-se por reivindicar a si a identidade classista. Em geral, o partido político expressa concretamente interesses de classe, exceto aquele que se descola dos interesses sociais mais amplos, como o “partido de clientela” e o “partido-seita”. Pois sendo própria do partido político a busca de conquista da direção do aparelho de Estado, as políticas que o partido almeja se destinam a impactar os interesses sociais, em competição ou antagônicos, no interior da coletividade. Em outras palavras, o partido político tende a constituir-se em mandatário de uma classe social.

Mas, por diversas razões, somente as correntes partidárias mandatárias da classe do salariado tendem a se apresentar na cena política com a nomeação dos interesses de classe enquanto tal. Em primeiro lugar, o grande número de membros da classe viabiliza o tipo de apelo eleitoral, uma vez que a posição de classe não se restringe aos trabalhadores da esfera da produção. O processo social de produção da mais-valia envolve a interdependência dos âmbitos de produção (capital industrial) e circulação (capital comercial). Pois, por um lado, o mais valor produzido na esfera industrial só se realiza na esfera comercial, pelo consumo; e, por outro, a demanda suscitada pela base monetária circulante só se efetiva com a produção de bens. Apesar de as frações do capital competirem pela cota de presença na taxa de exploração do trabalho, existe uma comunidade de interesses comuns das mesmas, oposta à comunidade dos interesses afins de assalariados dos circuitos do capital. Tais elementos – a interdependência e os interesses comuns - de delimitação do agrupamento global constituem a base para que

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando em Sociologia Política (USP) e Professor em Ciência Política (UFPI).

<sup>2</sup> Este item reproduz, em versão modificada, o conteúdo de meu artigo “A política de aliança de classes (I)”, *Informe econômico* (UFPI), v. 36, 2016.

<sup>3</sup> Para noção de sociedade capitalista, ver Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, São Paulo: Abril cultural, 1983.

os trabalhadores da circulação possam se reconhecer como membros da mesma classe que os da produção.

Em segundo lugar, devido ao caráter coletivo do processo de trabalho na Empresa Moderna, o trabalhador assalariado tende espontaneamente a valorizar o associativismo, em suas expressões sindical e partidária, para a defesa de seus interesses. Embora existam contratendências ao associativismo proletário - como o sentimento de individuação produzido pela divisão e especialização de tarefas na Empresa e o efeito personalizante do tipo de direito configurado no contrato de trabalho assalariado -, elas não são suficientes para apagar as marcas do coletivismo. Quando o trabalhador assalariado vai ao sindicato e ao partido, ele chega com o sentimento de que os valores e interesses dessas organizações estão acima de suas projeções e carências individuais.

É diferente a condição do proprietário privado dos meios de produção, que tende a valorizar o individualismo, vendo a sua empresa antes como competidora nas relações do mercado. Embora os empreendimentos estejam interligados pela divisão social do trabalho no conjunto da sociedade e pela imposição da taxa média de lucro, a inclinação da classe capitalista é de adesão ao discurso do indivíduo, inclusive na esfera política. Quando o empresário capitalista participa em associação patronal ou partido político, ele o faz imbuído do sentimento de que seu ponto de vista e seu interesse estão acima dessas organizações.

Uma condicionante mais profunda dessa diferença entre o proletariado e a burguesia frente ao associativismo diz respeito à posição das classes sociais na comunidade global. Na coletividade com Estado e dividida em classes antagônicas, as classes sociais são as comunidades concretas, em torno dos interesses em comum de cada uma delas. Nessas condições históricas, a coletividade tornou-se uma comunidade abstrata, a memória da perda da comunidade concreta de uma coletividade onde não havia divisão de classes e aparelho de Estado. Ora, cabe à classe dominada a aspiração de reconquista da sociedade igualitária economicamente (sem classes sociais e Estado), correspondente à comunidade concreta da coletividade. Por isso o proletariado apresenta-se como o guardião do sentimento de coletividade originário.

Em terceiro lugar, os efeitos das políticas do Estado - ao implementar medidas como salário-mínimo, previdência social, educação básica, saúde, habitação - induzem à agregação e a articulação de setores ou profissões da classe do trabalho rotineiro, em torno de reivindicações comuns. Pois os resultados de tais políticas impactam

desfavoravelmente aos interesses da classe subordinada. A tendência é de os trabalhadores “executores” se organizarem globalmente para se contrapor aos desequilíbrios resultantes.

O discurso de classe, referidos aos polos do antagonismo social, não pode ser direto, exceto em conjunturas revolucionárias. Pois o tipo de estrutura do Estado produz efeitos de abstração dissolventes da identidade antagônica e, em consequência, faz emergir na cena política cotidiana a relação de competição, dentro da ordem. O efeito de *pessoa*, atributo conferido aos agentes sociais da capacidade subjetiva de agir livremente, decorre da estrutura jurídica do Estado. É própria do aparecer da norma do direito estatal a transformação de regras funcionais (imperativos *hipotéticos*), visando disciplinar relações de reciprocidade, em leis incondicionais (imperativos *categóricos*), cujos fundamentos remetem à crença da liberdade humana. O específico do direito moderno é não apenas a atribuição da forma sujeito (livre) aos agentes da produção, como também a relação de igualdade entre suas personalidades, através do direito de propriedade privada (de meios de produção, por um lado, e de força de trabalho, por outro) - o que viabiliza o contrato da compra e venda da força de trabalho, aparecendo essa troca como uma relação de equivalência.

Por sua vez, a forma *povo-nação* é, em parte, decorrência da estrutura burocrática do Estado moderno. (A estrutura econômica capitalista também contribui para produzir o fetichismo do interesse nacional.) As normas burocráticas de acesso universal às tarefas estatais e recrutamento com base no critério formal de competência, compatíveis com a forma sujeito igualitário do tipo de direito, exigem a formação da sociedade ilusória denominada povo-nação. Trata-se de associação imaginária (um falso contrato) porque os papéis de empresário capitalista e trabalhador assalariado não estão numa relação equitativa, uma vez que o salário não remunera todo o valor de troca produzido pelo uso da força de trabalho, mas apenas a parte relativa à reprodução desta. Essa sociedade do contrato falseado requer um sistema de fronteiras nacionais, por causa de o encontro entre o governo profissionalizado e os cidadãos formalmente igualados se dar num contexto histórico de distribuição desigual das forças produtivas pelo espaço mundial. Então os capitais mais fracos no espaço territorial global necessitam do Estado nacional para a defesa dos seus interesses frente aos capitais mais fortes e resistem à formação de um Estado mundial. A busca de afastar a influência da propriedade fundiária tradicional no aparelho estatal levou à centralização do poder político, instaurando mecanismos de controle sobre os poderes regionais e locais. A

burocracia do aparelho de Estado pôde, então, apresentar-se a si mesma com o papel de representante do coletivo de indivíduos autônomos (povo) e habitantes de uma secção territorial com centralização política (nação), o que induz a classe assalariada à desconfiança em sua organização enquanto classe e a fidelidade em primeiro lugar ao povo-nação.

A conjugação desses efeitos fetíchos – sujeito, povo-nação – produzidos pelo tipo de estrutura jurídico-burocrática do Estado impede que a nomeação do antagonismo de classes (“burguesia e proletariado”) emerja na cena política. Em seu lugar, dependendo da conjuntura concreta e das forças dos partidos de representação de classe, outros termos do antagonismo, convertido em competição, apresentam-se na cena aberta, tais como “ricos e pobres”, “elite e massa”, “patronato e empregados”.

O partido político contribui, pois, para a formatação da identidade da classe, se adota um discurso compatível com a dinâmica da luta de classes, a competição ou o antagonismo. A relação entre o partido político e a classe social torna-se de implicação mútua. De um lado, o partido expressa os interesses de sua base social, embora não necessariamente refletindo-os de forma sociográfica na composição dos seus quadros dirigentes, uma vez que fatores como o programa partidário, a institucionalização organizacional e as predisposições ideológicas dos dirigentes jogam um papel mais importante na representação dos interesses sociais. De outro lado, o partido mobiliza, organiza e educa a sua base de classe - tendo em conta a teoria política, o programa de governo, a democracia partidária. Em outras palavras, o partido político exerce o seu papel de dirigente ou vanguarda do grande número de membros da classe social.

Um obstáculo que concorre para distorcer a função mandatária de classe é o desvio de burocratização. O partido sofre em sua forma de organização os efeitos do burocratismo do Estado. A especialização de funções (diretivas, parlamentares, técnicas) e a profissionalização (aquisição do saber-fazer) para os seus exercícios induzem a uma hierarquização entre, de um lado, quadros dirigentes e, de outro, militantes de base, cujo relacionamento tende a reproduzir-se em termos de mérito. Isso transfere para o partido os efeitos da *representação* no aparelho do Estado, quais sejam, a apatia política dos representados e a independência dos mandatários.

O partido de classe ou socialista caracteriza-se por elaborar um programa com “dupla armadura”, distinguindo o projeto “para o imediato” (proposições a discutir e a adaptar na negociação com os outros) e o “para o futuro” (modelo antevisto e

intencional de sociedade).<sup>4</sup> Uma razão disso advém das próprias condições de constituição e emergência da classe social.

Como indicou Nicos Poulantzas, as classes sociais são e não são efeitos das estruturas da totalidade social, formulação que leva em conta dois gêneros de agrupamento: a classe em luta por reformas (internas aos limites impostos pela vigência das estruturas valorativas) e a classe antagônica (tendente a transformar o modelo de sociedade).<sup>5</sup> A classe social, em contextos de estabilidade social, possui assim dois aspectos: um descritivo (a classe competitiva) e outro prospectivo (a classe revolucionária).<sup>6</sup> A greve por salário, por exemplo, torna-se manifestação da prática competitiva e apenas potencialmente da revolucionária. Por isso se pode dizer que a classe proletária assume um duplo estatuto, ao mesmo tempo reformista e revolucionário. Como expressa Étienne Balibar, “*em realidade, existem sempre dois coletivos de trabalhadores, imbricado um no outro e formados dos mesmos indivíduos (ou quase), entretanto incompatíveis.*”<sup>7</sup>

## 2. O ciclo do PT<sup>8</sup>

O trabalho de André Singer, *Os sentidos do lulismo*, procura decifrar os significados das práticas do Partido dos Trabalhadores (PT) e do governo Lula (2003-2010) a partir das relações de classes. A sua análise da relação do governo Lula e a classe dominante privilegia os conflitos entre, de um lado, a ‘coalizão rentista’ (capital ‘financeiro’ nacional e internacional) e, de outro, a ‘coalizão produtivista’ (capital industrial e classe trabalhadora). Por sua vez, a análise da relação do governo Lula e a classe dominada destaca o papel do “subproletariado” no realinhamento eleitoral que possibilitou a ascensão da coalisão de esquerda ou centro-esquerda liderada pelo PT.<sup>9</sup> A nossa indagação sobre a política do PT referenciar-se-á, em parte, nessa análise de A. Singer.

<sup>4</sup> Cf. Prestipino, Giuseppe. Le socialisme en Occident. *Actuel Marx*, n. 3, 1988.

<sup>5</sup> Cf. Poulantzas, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1972.

<sup>6</sup> Cf. Garo, Isabelle. La bourgeoisie de Marx: les héros du marché. In : Vários autores. *Bourgeoisie: état d'une classe dominante*. Paris : Syllepse, 2001.

<sup>7</sup> Balibar, Étienne. *La philosophie de Marx*. Paris : Découverte, 2001, p. 95.

<sup>8</sup> Este item retoma em parte os conteúdos de artigo por mim escrito, “A política de aliança de classes (II)”, *Informe econômico* (a sair).

<sup>9</sup> Singer, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Durante a transição ao capitalismo industrial no Brasil (1930-1964), o campo da esquerda socialista havia sido liderado pelo PCB, que surgira filiado à IIIª Internacional Comunista, sob a liderança do PC da URSS. No modelo soviético, o Estado era encarregado de controlar a propriedade dos meios de produção e de planificar a economia. Havia a predominância dos planos centralizados, que se referiam à economia e a cultura. A divisão do trabalho técnico e social foi intensificada. E o partido único tornou-se o órgão supremo do Estado. Assim, a Internacional Comunista estava comprometida com uma concepção estratégica que, intervertendo o programa socialista, passou a defender os interesses, por assim dizer, de uma nova classe dominante, a burguesia de Estado.

No entanto, o PCB manteve uma coerência de objetivos táticos, sustentando, nas condições históricas da sociedade brasileira, o programa de caráter nacional-democrático, não ainda “socialista”, embora tenha mudado de método quanto à perseguição destes fins imediatos, adotando em função da conjuntura política ora a prática insurrecional, ora a legalista. O programa político era o de viabilizar o desenvolvimento capitalista no país por meio da industrialização em bases privadas e nacionais e de realizar uma ampla reforma agrária contra o latifúndio tradicional.

Mas, no processo da industrialização, a burguesia industrial não se mostrou favorável à aliança com a classe assalariada. Dada sua condição ambígua em dispor de uma base de acumulação própria e ao mesmo tempo depender monetariamente do capital agromercantil, a fração industrial preferiu voltar as costas à tese do capitalismo nacional-democrático. Como não tinha força para subordinar no interior do bloco no poder os interesses da economia agromercantil, a liderança industrial aderiu, não sem momentos de hesitação, como na Guerra de 1932 e na deposição do Presidente Getúlio Vargas em 1954, ao compromisso de equilíbrio político que sustentava os governos nacional-desenvolvimentistas. Porém, com o avanço do processo de industrialização, a burguesia industrial passou a organizar-se para a conquista da hegemonia política, viabilizada com o golpe civil-militar de 1964.

No processo de abertura democrática do final dos anos 1970, vários fatores convergiram para formação do PT como expressão da interdependência entre organização partidária e classe social; primeiro, a emergência do sindicalismo menos subordinado à institucionalidade do Estado; segundo, a mobilização dos movimentos sociais urbanos; terceiro, a renovação do catolicismo tradicional com a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base; quarto, a reorganização da militância

dos agrupamentos de esquerda socialista. Mas talvez possamos dizer que o elemento determinante, em última instância, do surgimento desta nova força partidária de esquerda foram as consequências da hegemonia do empresariado industrial, que elevou as taxas de crescimento econômico, mas sem possibilitar a reprodução ampliada da força de trabalho, ao beneficiar-se do regime repressivo do Estado.

O PT nasceu no Brasil como manifestação da nova esquerda socialista. Reivindicava uma visão crítica da experiência chamada socialista, contrapondo a essa experiência o controle dos meios de produção pelos trabalhadores, o planejamento descentralizado, o pluralismo partidário; e propunha a conquista da direção do Estado burguês com base no programa “democrático-popular”, impulsionado pelos movimentos sindicais e sociais. No intervalo de uma década veio tornar-se a principal força partidária no campo da esquerda brasileira, em razão, em parte, da crise do PCB, provocada pelo golpe civil-militar de 1964, que fez desacreditar o programa “nacional-democrático”; e, outra parte, pela ascensão das lutas reivindicativas e de oposição ao regime militar.

As aspirações da maioria eleitoral que deu vitória à candidatura de Lula na Presidência da República em 2002 foram apresentadas nos documentos (1) “Concepções e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil – Lula 2002”; (2) “Carta ao Povo Brasileiro”; (3) “Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente – Brasil para todos”. O teor das diretrizes de política econômica e social apontava para medidas tais como: honrar os contratos e preservar o superávit primário; proteção à produção nacional, reduzindo as altas taxas de juros e empreendendo uma reforma tributária; regulação da entrada de capital estrangeiro; incentivo às exportações; proteção ao emprego; ampliação das políticas sociais.<sup>10</sup>

A política econômica no primeiro ano do governo Lula assumiu um perfil de transição, combinando a manutenção de medidas de estabilidade monetária com iniciativas na área social. Sob a pressão do chamado “risco Lula” (a expectativa de agentes do mercado monetário que continuasse o ataque especulativo da fuga de capitais iniciado durante a campanha eleitoral, mesmo após ter exposto a suas intenções de governo na Carta aos Brasileiros), o Presidente Lula nomeou uma equipe econômica que tomou medidas conservadoras, como o ajuste fiscal e a reforma da previdência, sob a alegação de evitar os riscos inflacionários. Paralelamente, os investimentos em

---

<sup>10</sup> Martuscelli, D. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.

programas sociais começaram a trazer para a base de apoio ao governo os setores mais pobres. Em seguida, a mudança da equipe econômica, abandonando a orientação conservadora da política econômica, substituindo-a por um modelo de desenvolvimento que articulava crescimento econômico com políticas de distribuição de renda e estabilidade monetária, mostrou a “intuição” e o “pragmatismo” do Presidente Lula.<sup>11</sup>

Os dados apontam um desempenho positivo nos indicadores econômicos e sociais do país. A taxa de inflação decresceu, registrando os índices de 9,3%, em 2003, e 3,1%, em 2006. Ao mesmo tempo, o governo conseguiu reduzir os juros em quase metade; a taxa Selic, que atingiu em maio de 2003 o índice de 26,3%, chegou ao final de 2006 com o índice de 13,2%. Por sua vez, deu-se o aumento gradual do salário mínimo, que passou de R\$ 302 para R\$ 402 no período. Embora os gastos com saúde e educação não tenham progredido na mesma proporção, houve uma ampliação significativa na área de proteção social, que passou do patamar de 13,7% para 20,5%, entre 2003-2006.

Esses resultados foram, em boa parte, produtos da frente de forças sociais e políticas, que conseguiu reverter o padrão de desenvolvimento socioeconômico dos governos anteriores sob a orientação do pensamento neoliberal. Por um lado, a coligação PT (Lula) e PL (José de Alencar) induzia a um acordo tácito das lideranças de trabalhadores – CUT, MST – e setores empresariais nacionais – FIESP, FEBRABAN – em torno de uma nova política de desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, iniciativas conjuntas das lideranças empresariais e dos trabalhadores repercutiam no interior do aparelho governamental, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo funcionamento envolvia a negociação de padrões e empregados.

A vitória dessa coalisão política pressupunha dois condicionantes. Primeiro, o condomínio de interesses no sistema hegemônico entre a fração dos bancos e a fração industrial; tal equilíbrio de posição deveria se chocar com as diretrizes da política neoliberal – desregulamentação monetária, taxas de juros elevadas –, que privilegiavam os interesses dos bancos dentro do grande capital. Segundo, os setores empresariais hegemônicos deveriam conceder de fato ganhos para as classes trabalhadoras; isso implicava um novo padrão de política trabalhista e social, que possibilitasse a reprodução ampliada da classe assalariada. Como declarou um dirigente sindical, “era preciso romper flancos no campo adversário e construir alianças. Em reunião do CDES

---

<sup>11</sup> Sader, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In SADER, E. (org.). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

defendi o emprego e o salário para fortalecer o mercado interno como forma de enfrentamento da crise”.<sup>12</sup>

Em síntese, o PT e a CUT praticaram uma política de aliança de classe, cujos resultados no global foram de ganhos reais para os interesses da maioria social, sem deixar de privilegiar os interesses hegemônicos do capital; todos ganharam, embora não na mesma proporção. Afinal, o governo de esquerda ou centro-esquerda se instalou sem revolucionar as estruturas do Estado burguês, que, pelos seus valores e pela sua institucionalidade limitada a tais valores, impõe invariavelmente a convergência da política estatal aos interesses da classe dominante ou da sua fração hegemônica.

### **3. Uma análise crítica do programa do 6º Congresso Nacional do PT**

#### *1. Diretriz estratégica*

“Esse mundo não pode ser compreendido e nem superado, se não empreendermos a crítica radical do capitalismo e a defesa do socialismo democrático, recolocando essa perspectiva como motor de nossas ações”.<sup>13</sup>

Encontra-se a assertiva, com a qual concordaremos, de que o objetivo de socialismo democrático é o produto da análise crítica do capitalismo. Por um lado, essa crítica se apoia no discurso filosófico, a filosofia materialista da história ou materialismo histórico. Se a classe dominante, a burguesia, precisa da crença na filosofia idealista (o direito da forma sujeito, etc.) para reproduzir a sua dominação (o contrato de trabalho assalariado), resta à classe dominada, o proletariado, adotar a filosofia materialista (a liberdade como ilusão, etc.), a fim de confrontar os valores e os interesses de seu oponente antagônico. Não basta à classe do trabalho assalariado avançar em direção aos valores do idealismo na forma humanista (racional), abandonando as formas místicas (revelação); pois o interesse em abolir a sua sujeição a uma minoria social leva essa classe a uma exigência radical de ruptura valorativa. Uma consequência dessa exigência na formação da classe proletária foi a publicação do Manifesto Comunista na primeira metade do século XIX.

Enquanto fundamentado nos axiomas do materialismo, histórico e dialético, o socialismo democrático deixa de ser, portanto, um ideal para se converter numa aspiração realista. Mas, de outro lado, o conhecimento sobre a sociedade capitalista se

---

<sup>12</sup> Henrique, A. Um olhar dos trabalhadores: um balanço positivo, uma disputa cotidiana e muitos desafios pela frente. In SADER, E. (org.). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

<sup>13</sup> Partido dos Trabalhadores. *Caderno de Resoluções do 6º Congresso Nacional*. Brasília, junho de 2017, p. 9. Disponível em <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2017/07/6-congresso-pt.pdf>.

constrói também a partir do discurso científico, ou seja, de demonstrações não filosóficas ou não axiomáticas. Até o momento, pouco se reconheceu a diferença entre filosofia materialista e ciência crítica ou não axiomática; como a fração mais poderosa do capital tende a se alinhar com o discurso na forma mística, pois produz efeitos mais estáveis nas instituições políticas, as frações subordinadas inclinam-se ao discurso na forma racional. A tarefa progressista tem sido, assim, a de secularizar (separar do misticismo) o campo da política. Entretanto, passados 150 anos da publicação de *O capital*, em que Karl Marx estabelece a ciência do processo histórico, e passado um século de política secularizada de esquerda (progressista), simbolizada pela Revolução Russa de 1917, soou talvez a hora de a esquerda socialista desenvolver o seu programa com base não apenas na filosofia materialista (distinta do humanismo liberal), como também na ciência da história (diversa da filosofia da história). Este último aspecto foi um dos mais agudos temas apontados por Louis Althusser em *Ler O capital: o a-humanismo teórico*. Esta foi também uma sugestão das mais incisivas de Ruy Fausto em *Caminhos da esquerda*: “é assim, respeitando uma antropologia nem humanista nem anti-humanista, que se deve construir uma política para esquerda”.<sup>14</sup>

## II. Situação nacional

1) “O governo Michel Temer está refazendo a Constituição e, sem legitimidade, efetiva um programa antipopular e antinacional derrotado nas urnas desde 2003, visando ampliar a lucratividade do capital”.

A classe do capital se divide internamente segundo várias linhas de conflito em torno da disputa pela participação na massa de lucros; temos a indústria em competição com os bancos; o banco nacional, com o banco estrangeiro; o capital estatal, com o capital privado etc. O fator de aglutinação de um sistema de frações ou outro é o impacto da política econômica do Estado; o resultado da intervenção do Estado concretiza os conflitos potenciais das frações enraizadas na esfera econômica, pois as frações se mobilizam para defender ou rejeitar certas medidas estatais. Em outras palavras, certos grupos diferenciados na esfera econômica não se concretizam de imediato no plano político, eles têm antes um caráter potencial; outros grupos, diferenciados por outros critérios, é que se manifestam. A política do Estado vem ser,

---

<sup>14</sup> Ruy Fausto. *Caminhos da esquerda*: elementos para uma reconstrução. São Paulo: Companhia da Letras, 2017, p. 105.

assim, o fator de emergência de um sistema de fracionamento ou outro, ou ainda de vários sistemas combinados.<sup>15</sup>

Está cada vez mais claro que o programa antipopular e antinacional do governo Michel Temer (PMDB) vem de encontro aos interesses do anel de frações composto pelo capital bancário, capital estrangeiro e capital privado. O governo aprovou a PEC 55, que promove o ajuste fiscal e congela por 20 anos os investimentos estatais, e retomou a linha de privatizar áreas estratégicas da economia nacional, bem como de conceder ao capital estrangeiro a exploração de recursos naturais no país.

2) “De inspiração antineoliberal, nossos governos implementaram não apenas políticas públicas de inclusão social e transferência de renda, mas principalmente de ampliação de direitos”.

A hegemonia do capital mercantil não possibilitava sequer a reprodução normal da força de trabalho, impondo à classe trabalhadora uma jornada de trabalho extenuante e condições de trabalho degradantes. Com a ascensão do capital industrial, os trabalhadores conquistaram os direitos do trabalho e o acesso às condições mínimas, materiais e culturais, da civilização moderna. Finalmente, a formação do capital financeiro (a coexistência de indústria e banco no seio de um conglomerado econômico) levou o capital produtivo (indústria) a adotar uma política de alianças com a classe trabalhadora organizada, afim de defender a sua lucratividade contra o poder crescente do capital rentista (banco). Deste pacto social (gravitando basicamente em torno da redistribuição dos ganhos de produtividade na empresa industrial), surgiu nos EUA e na Europa após Segunda Guerra Mundial o chamado *Welfare State*, possibilitando pela primeira vez na história do capitalismo as condições da reprodução ampliada da força de trabalho. Da mesma forma, o acordo de capital produtivo e sindicalismo independente trouxe ao Brasil dos anos 2000 essa dinâmica de ampliação dos direitos sociais, implementada e expressa nos governos sob a liderança do PT.

O primeiro governo Dilma Rousseff (2011-15) veio concretizar a hegemonia política do capital financeiro com dominante industrial, em aliança com a classe trabalhadora assalariada. A política econômica do Estado beneficiava prevalentemente o grande capital industrial e gerava um acréscimo na taxa de mais-valor que podia ser redistribuído para ampliação da reprodução da força de trabalho.

---

<sup>15</sup> Cf. Décio Saes, *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

O intervencionismo adotado pela equipe econômica do governo incidiu no investimento produtivo por meio do Plano de Aceleração do Crescimento, que focava em obras de infraestrutura (portos, aeroportos, estradas, fontes de energia), e através das desonerações fiscais e previdenciárias, crédito subsidiado dos bancos estatais, redução de taxa de juros e barateamento de preços de insumos às empresas industriais. Tais medidas ensejaram o aumento da rentabilidade do capital industrial e estimularam os ganhos de produtividade pela adoção de novas tecnologias.

O segmento de bancos do capital financeiro não se sentiu contemplado com a política industrial do governo, porque continha as linhas da redução da taxa de juros ao crédito de investimento e da isenção fiscal das empresas. Os representantes dos banqueiros reagiram a essas medidas governamentais, sob os argumentos de que se chocavam com a meta de controle da inflação da moeda e levariam ao sobreaquecimento da demanda efetiva. Ao final dessas manifestações, embora continuassem a se beneficiar com a bancarização de contingentes da classe assalariada que ascendiam materialmente no período, os bancos estavam na oposição ao governo.

As aspirações conscientes da coalisão governamental que deslocou a hegemonia política para o setor industrial foram expressas num conjunto de diretrizes, chamado de Nova Matriz Econômica. A NME indicava (a) afrouxar o controle sobre a política monetária; (b) reforçar o incentivo ao investimento privado; (c) defender o crescimento do mercado interno. O resultado da NME foi abrir novas frentes de expansão ao investimento produtivo, especialmente na construção da infraestrutura das atividades econômicas.

No entanto, apesar de o governo sustentar a hegemonia do setor industrial, os representantes diretos dessa fração de classe transitaram para a postura de não fazer a defesa do governo diante das críticas do setor bancário. É que os representantes industriais intuía, mas de maneira distorcida, a possibilidade de o governo adotar uma política bonapartista, ou seja, passar a exigir sacrifícios de todas as frações do capital para garantir o crescimento econômico. Assim, identificavam no “lulismo” (o crescimento econômico com a ampliação de direitos sociais) da Presidente Dilma o fantasma de Getúlio Vargas. O que o governo pedia, na substância, era que os industriais abrissem mão de interesses imediatos, a desregulamentação das relações de trabalho, em prol mesmo de seus interesses de longo prazo, a preponderância econômica.

3) “Os documentos congressuais sintetizam o rumo que nosso partido propõe às classes trabalhadoras e às forças progressistas de nosso país. São uma ferramenta para avançarmos na unidade do campo popular, em sua capacidade de luta, tendo como objetivo central a reconstrução de uma alternativa democrática contra as oligarquias nativas e seus sócios internacionais”.

Carece no *Caderno de Resoluções do 6º Congresso Nacional* a indicação dos contornos dessa recomposição de forças progressistas no país. Ora, no Brasil atual ocorre uma disputa entre o grande capital e o médio capital. O grande capital não está disposto a assumir maior participação nas tarifas de impostos, e com isso aliviar os custos para o médio capital com os gastos de política social; mas o médio capital dispõe de forte recurso de barganha, que é a capacidade de absorver o contingente de força de trabalho no curto prazo e, assim, contribuir para política de combate ao desemprego. É oportuno lembrar que a capacidade de endividamento deste setor do capital estaria no limite, e, se proposta, por exemplo, uma política de corte dos incentivos fiscais e creditícios ao grande capital e de transferência desses recursos para o capital não-oligopolístico, essa fração poderá, dentro do quadro da crise, transformar-se em importante força política.

Analistas de esquerda, como Ruy Fausto, Renato Janine Ribeiro e outros, vêm chamando a atenção para proposta de reforma tributária. Por exemplo, no Brasil, não há a cobrança de imposto sobre lucros e dividendos dos acionistas enquanto pessoas físicas. Para liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a esquerda deve estar unida ao propor “uma política econômica não recessiva, e uma democratização do sistema tributário no país”.<sup>16</sup>

Outro aspecto a ser considerado diz respeito aos segmentos da burocracia do Estado. Ruy Fausto, tratando sobre o tema da segurança internacional, adverte: “seria importante estimular as vocações para carreira militar de jovens com convicções democráticas e progressistas”.<sup>17</sup> Talvez R. Fausto pense na força como último recurso de poder. Mas se considerarmos a interdependência entre a lei e a aplicação da lei, então temos de levar em conta também a reforma do sistema judiciário. Convém destacar nesse caso o papel das faculdades de direito e seu sistema de ensino; aqui têm vigência, em termos de progresso social, as filosofias jurídicas mais atrasadas (a mitologia do

---

<sup>16</sup> Cf. Guilherme Boulos. “Por uma nova pedagogia de esquerda: entrevista”. In Fornazieri, A. & Muanis, C. (orgs.). *A crise das esquerdas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

<sup>17</sup> Fausto, R. *Op. cit.*, p. 93.

direito natural etc.). Seria importante não apenas pluralizar o ensino doutrinário, como também estimular a introdução da pesquisa científica na formação dos membros dos aparelhos judiciários.

### *III- Balanço de uma experiência histórica*

“As teses debatidas no 6º Congresso oferecem diferentes interpretações. Algumas apontam para existência de uma estratégia de conciliação de classes, que inclusive não teria se preparado para hipótese de ocorrer uma reação golpista. Outras interpretações reconhecem decisões efetivamente incorretas, mas consideram que elas teriam se dado nos marcos de uma estratégia correta, que buscou levar em conta a correlação de forças.”

Sobre este ponto decisivo, o balanço da experiência de governo, o documento se encaminha por evitar a discussão das divergências e a incorporação de uma análise histórico-científica da questão.

Em documentos preparatórios ao 6º Congresso Nacional, as correntes que sustentam ter sido a política concretizada pelo PT orientada pela estratégia da conciliação de classes argumentam que tal política possibilitou a conquista de reformas moderadas, mas foi insuficiente para enfrentar a crise do capitalismo neoliberal, com medidas adequadas de política econômica e com a preparação da classe trabalhadora para os enfrentamentos políticos diante da classe dominante e os seus setores hegemônicos. Ligado a essa estratégia, o partido não pôde impedir que o governo sob sua direção adotasse a partir de 2015 uma política de combinar o ajuste fiscal com altas taxas de juros, que terminou por provocar o distanciamento dos setores do empresariado beneficiados com o desenvolvimentismo capitalista nos governos Lula e o primeiro mandato de Dilma.

Do ponto de vista teórico, a tese da conciliação de classe pretende abarcar uma situação intermediária entre a colaboração de classe e a aliança de classe. Ora, numa conjuntura de reprodução da ordem social, a política da classe dominada tende a assumir uma de duas possibilidades: a política de apoio (sem contrapartida aos interesses de classe) ou a política de aliança (conquista de ganhos materiais e culturais para a classe). A estratégia da conciliação de classe seria uma política bastarda: uma mistura de colaboração de classe (a política de apoio) e independência de classe (a política de aliança). Mas isso não poderia ter vida longa; na prática, há ou a política de apoio, em troca de ilusões prometidas pela classe dominante, ou a política de aliança, na

qual são feitas realmente concessões aos interesses dos dominados, em proveito de uma hegemonia de setores da classe dominante.

No entanto, seria exagerado se dizer que o PT e a CUT praticaram uma política de traição à classe trabalhadora, vendendo ilusões no lugar de benefícios concretos. Os resultados do período das gestões governamentais sob as lideranças do PT no global foram positivos aos interesses da maioria social. As alianças políticas produziram efeitos que ampliaram, de fato, o bem-estar da maioria social, num contexto em que as burguesias centrais patrocinavam as políticas de regressão dos direitos sociais.

A política de ajuste fiscal foi um fator da crise de aliança de classes, porque essa medida atendia antes aos interesses e às pressões da burguesia associada ao imperialismo dos países centrais (EUA, Alemanha). A gestão de Dilma em 2015 tentou seguir o exemplo do primeiro ano do governo Lula, com ênfase numa política de estabilização monetária, para em seguida retomar a política de crescimento econômico, mas não teve êxito nisso por conta dos efeitos da crise internacional e em especial pela retração do mercado de bens primários, principal fonte de divisas do país.

O fim da coalizão partidária governante e da aliança de forças sociais relacionada, vai requerer uma nova linha programática das forças de esquerda ao momento atual. Diante de um governo de instabilidade hegemônica, oscilando entre, de um lado, políticas “ortodoxas” neoliberais e, de outro, políticas “heterodoxas” desenvolvimentistas, o novo programa exige que não apenas se evite a conquista do Estado pela burguesia associada, como também se contraponha à unidade do grande capital privado um conjunto de medidas estatizantes (defesa das empresas estatais), anti-imperialistas (salvaguarda dos recursos naturais, controle das remessas de lucros, tarifas protecionistas do mercado interno) e antimonopolistas (redirecionamento do crédito estatal, reforma do sistema tributário).

O caráter desse programa vem ser o das “reformas estruturais” (mudanças dentro da ordem capitalista, mas que se encaminham para transformação estrutural contra a ordem capitalista) ou das “reformas revolucionárias” (ampliação do bem-estar material e cultural da maioria social que se liga às aspirações da igualdade econômica e civilizacional no socialismo). Nesse sentido, vem reafirmado o sentido da política de esquerda, expresso na fórmula de Ruy Fausto: “a política dos que defendem os

interesses dos não detentores de capital, em oposição aos interesses dos que dispõem dele”.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Fausto, R. *Op. cit.*, p. 110.